

# António Vieira na “Prosperidade” da Revolução e a Arte Barroca

Lúcio Craveiro da Silva

*Utilidades da História do Futuro*  
«Cap. VII – última utilidade»

Um trecho muito interessante da *História do Futuro* do Padre António Vieira é a análise que ele desenvolve no «Capítulo VII do Livro Primeiro» sobre a situação política, militar, económica, artística e de algum modo até sociológica de Portugal nos 25 anos seguintes a 1640. Este capítulo é originariamente dirigido aos espanhóis ou castelhanos pois ele declara no início: «A lição desta História pode ser igualmente útil e proveitosa aos inimigos, se, deixada a dissonância e escândalo deste nome, quiserem antes ser companheiros de nossas felicidades, que padecê-las dobradamente na dor e inveja dos émulos. Lerão aqui nossos vizinhos e confinantes (que muito a pesar meu sou forçado alguma vez a lhes chamar inimigos, havendo tantas razões, ainda da mesma natureza, para o não serem), lerão aqui com boa conjectura as promessas e decretos divinos, provada a verdade dos futuros com a experiência dos passados»<sup>1</sup>. Vieira ao mencionar «as promessas e decretos divinos» evoca naturalmente o Bandarra, S. Frei Gil e outras profecias mas sobretudo a aludida aparição de Cristo a D. Afonso Henriques, lenda persistente que só desapareceu definitivamente da nossa narrativa no século XIX com as

investigações históricas de Alexandre Herculano. Mas de facto essas lendas, então tomadas a sério, muito contribuíram para a generalizada aceitação da nossa independência, aquém e além-mar, proclamada pelos quarenta fidalgos em Lisboa. Aliás esta mesma moda de lendas proféticas igualmente invadia a literatura castelhana contra Portugal e Vieira, no capítulo VIII, ao refutá-las, escreve: «De maneira que quando as profecias de Portugal profetizam que Portugal se há-de juntar a Castela, são profecias; e quando as profecias profetizam que Portugal se há-de tornar a separar de Castela e se há-de restituir à liberdade, não são profecias!».

É por isso evidente que os Castelhanos, inconformados com a independência de Portugal, não se deixariam convencer com os argumentos ou razões da *História do Futuro*... O que, porém, ressalta de real valor neste capítulo, e agora nos interessa, é o testemunho de Vieira e a análise que ele nos transmite sobre os vários aspectos da conjuntura próspera dos 25 anos posteriores à Revolução de 1640. Hoje di-la-íamos uma verdadeira crónica periodística de opinião, flagrante e documentada.

Primeiro assinala o facto de a independência de Portugal ter alcançado um êxito maravilhoso nos seus resultados contra os «razoáveis discursos» contrários. Esta independência não só feriu o orgulho de Espanha mas também o seu poderio pois o próprio Vieira reconhece que, então, o rei de Espanha era o «mais poderoso monarca do mundo»<sup>2</sup>.

«No tempo em que Portugal estava sujeito a Castela, nunca as forças juntas de ambas as Coroas puderam resistir a Holanda; e de aqui se inferia e esperava o discurso que muito menos poderia prevalecer só Portugal contra Holanda e contra Castela. Mas enganou-se o discurso. De Castela defendeu Portugal o Reino, e de Holanda recuperou as Conquistas»<sup>3</sup>.

Depois «entendeu Castela que não podia conquistar Portugal sem Portugal; tratou de inclinar à sua devoção os grandes e os menores. Na constância houve diferença, mas nos efeitos nenhuma»<sup>4</sup>. «O povo cuja fortuna é inalterável, não padeceu alteração. Sendo tão livre e aberto em Portugal o mar como a terra, se não viu em tantos anos nenhum pastor que se passasse a Castela com duas ovelhas, nenhum pescador menos venturoso que aos seus portos derrotasse uma barca»<sup>5</sup>. É que «os povos não se cansam com

os subsídios e contribuições; porque sabem quanto maiores e mais pesados são os que se pagam em Castela para os conquistar, do que eles em Portugal para se defenderem... têm na memória que também antigamente pagavam, e que então era tributo de cativo o que hoje é preço da liberdade... conhecem a grandeza desta inestimável felicidade e que logram aquele estado ditoso de que lembravam e falavam seus avós com tanta saudade e por que suspiravam seus pais com tantas ânsias»<sup>6</sup>.

A seguir a estas considerações mais políticas, de tom patriótico, e outras referentes à situação internacional e à conjuntura demográfica que por brevidade omitimos, apresenta uma atenta e fina análise económica, o que não deixa de ser surpreendente naqueles tempos: «Esperava o discurso que Portugal, um Reino menor e dividido em todas as partes do Mundo, com obrigação de alimentar aqueles membros tão distantes com sua própria substância, havendo de sustentar as guerras e oposição de seus inimigos em todos eles, natural e necessariamente se havia de atenuar e enfraquecer»<sup>7</sup>. Mas, pelo contrário «o certo é que as rendas e cabedais do Reino, assim próprios como particulares com o tempo e continuação da guerra não têm padecido a quebra e diminuição que o discurso lhes prognosticava; antes se prova com evidente e milagrosa demonstração da experiência, que a substância do Reino está hoje mais grossa, mais florente e opulenta que no princípio da guerra»<sup>8</sup>. Esta análise de Vieira vem confirmar em parte a investigação histórica do Prof. Aurélio de Oliveira sobre a situação económica de Portugal nos séculos XVII e XVIII ao contradizer a opinião generalizada e superficial de que esta florente expansão económica se devia ao oiro do Brasil. De facto, como Vieira afirma, ela deve-se «ao comércio de drogas» da Índia e do Brasil e ao maior empenhamento, como logo expõe, no desenvolvimento da agricultura. O oiro do Brasil esteve presente e transitariamente no tempo de D. João V. A descrição de Vieira não é portanto fruto de retórica mas consequência de uma análise histórica e verdadeira<sup>9</sup>.

Vieira debruça-se, depois, a apontar esta extraordinária prosperidade económica e financeira da época do barroco que acompanhou surpreendentemente a nossa independência: «Com a guerra, que tudo quebranta e diminui, cresceu e aumentou tudo em Portugal. Nunca se gastou tanto no primor e preço das galas; nunca tanto no asseio e ornamento das casas; nunca tanto

na abundância e regalo das mesas; nunca tantos criados, tantos cavalos, tanto aparato, tanta família; nunca tão grandes salários, nunca tão grandes dotes, nunca tão grandes soldos, nunca tão grandes mercês, nunca tão grandes fábricas, nunca tantos e tão magníficos edifícios, nunca tantas, tão reais e tão sumptuosas festas... Que templo, que capela, que altar, que santuário que neste tempo se não renovasse, desfazendo-se e arruinando-se (com lástima) obras antigas e de grande arte e preço, só para se lavrarem outras de novo, mais ricas, mais preciosas e de mais polido artifício? Tudo isto do que sobeja da guerra. Mas por isso sobeja» <sup>10</sup>.

E como a prosperidade da economia não se desenvolve sem uma sã base financeira, Vieira observa: «Destes comércios lhe vêm as riquezas com que pode pagar e premiar os exércitos, e com que os prémios e as pagas sejam verdadeiras e não falsificadas, sem injúria dos soldados, sem adultério dos metais e sem hipocrisia (desvalorização) da moeda». Como acontece em Castela. «Bem sabem os doutos que o nome grego hipocrisia se deriva do fingimento do melhor metal, e parece que foi posto em nossos tempos mais para declarar o vício da moeda que a mentira da virtude. Quem pudera nunca imaginar que chegasse a tal estado uma monarquia, que é a senhora da prata e de quem a recebe o resto do mundo? Cuidou Castela que a Portugal havia de faltar dinheiro e vê em si o que cuidou de nós» <sup>11</sup>. Assim assenta a comparação desfavorável a Espanha não só nas derrotas militares mas ainda no aspecto económico e financeiro pois ela começava a declinar no esplendor e força de maior potência europeia, o que mais confirmava a resolução dos Portugueses de tomar nas próprias mãos as rédeas do seu destino.

Finalmente depois destas finas observações sobre o valor e eficácia social e económica da moeda, completa a sua análise com a descrição do florescimento da agricultura e dos campos: «Todos os Portugueses que povoavam suas Índias de Castela, que mareavam suas frotas, que lavravam seus campos, que frequentavam seus portos, que trafegavam seus comércios, que inteiravam seus presídios, que militavam seus exércitos, ficam hoje dentro de Portugal, e o habitam e o enchem, e o multiplicam, e assim se vêm hoje mais povoados seus lugares, mais frequentadas suas estradas, mais lavrados seus campos, e até as serras, brenhas, lagos e terras, onde nunca entrou ferro, nem arado, abertas e cultivadas. As Conquistas com a paz não levam,

nem hão mister socorros, e antes delas os recebe o Reino com muitos e valentes soldados e experimentados capitães»<sup>12</sup>.

Ao terminar este leve comentário do quadro político, económico e social que magistralmente nos deixou Vieira neste capítulo da sua *História do Futuro*, sobre os 25 anos que se seguiram à Revolução de 1640, não podemos deixar de concluir com algumas considerações. E a primeira refere-se, dado o que descobrimos na releitura deste capítulo, às riquezas inexploradas da *História do Futuro*. Inexploradas porque este livro que afinal nos revela sobretudo a força interior, por vezes mítica, da genial figura de Vieira, foi até há pouco tido apenas como «um sonho», «uma extravagância», «um delírio» e por isso talvez poucos<sup>13</sup> se debruçaram sobre o seu estudo. Van Beesselar chegou mesmo a afirmar que o interesse por este livro seria de «dimensão excessiva». Ora basta a análise deste simples capítulo para nos convenceremos do contrário. Historicamente ele vem confirmar a inesperada e confortável prosperidade económica e social que acompanha a Revolução de 1640, o que ajudou certamente a consolidar o ânimo dos portugueses durante as guerras fronteiriças da independência e os longos embaraços diplomáticos, pois só 28 anos depois da Revolução ela foi abertamente reconhecida pelas nações europeias e pelo próprio Vaticano.

Mas o que agora preferimos acentuar deste estudo flagrante de Vieira é o seu aspecto cultural. Esta prosperidade económica apoiou o novo estilo de vida, uma renovação profunda do património, a criação de uma perspectiva diferente na arte, uma nova maneira de estar no mundo. Ao Renascimento, ou melhor, ao Maneirismo sucedeu o Barroco com toda a sua força e esplendor. Frisa-o claramente Vieira naquelas palavras: «nunca tão grandes fábricas, nunca tantos e tão magníficos edifícios, nunca tão reais e sumptuosas festas...Que templo, que capela, que altar, que santuário que neste tempo se não renovasse, desfazendo-se e arruinando-se (*com lástima*) obras antigas de grande arte e preço, só para se lavrarem outras de novo, mais ricas, mais preciosas e de mais polido artifício?». Multiplicaram-se, nessa altura, por esse Portugal fora, aquém e além-mar, inúmeros, magníficos e sumptuosos edifícios. Inicia-se nova época aurea de arquitectura civil e religiosa. Constroem-se e adaptam-se novos templos e novos altares de talha doirada, nas inovadoras regras do «mais polido artifício» do barroco. Mas

juntamente, adverte Vieira, renovam-se os templos e santuários «desfazendo-se e arruinando-se as obras antigas de grande arte e preço». E qual foi a reacção de Vieira perante esta polémica destruição de obras antigas «de grande arte e preço»? Critica-a com um protesto entristecido e inconformado pois apesar de se alegrar com o novo esplendor da construção de edifícios e templos, não deixa de sentir e deplorar essa falta de espírito cultural e de sentido artístico para com as obras de arte que se «desfizeram e arruinaram» *com lástima*, como ele comenta. Apreciava o progresso do seu tempo, agradava-lhe naturalmente o surgir de uma nova arte, mas *lastimava* que não se conservassem os edifícios e templos antigos. Vieira foi, provavelmente, o único autor coevo que sentiu e manifestou o seu desacordo por essa destruição ignara ou adaptação arrasadora de valiosas obras antigas – românicas, góticas ou manuelinas – que desapareceram para sempre sumidas na voragem irreflectida dos novos tempos. Tal como aconteceu no século passado e mesmo no presente em muitas cidades do país onde se descuidaram ou destruíram templos, mosteiros, conventos, castelos, portas majestosas, fontenários e outros significativos e belos monumentos antigos... Apesar de Vieira viver envolvido e mergulhado nos horizontes da nova arte barroca, soube apreciar-lhe a criatividade das suas obras literárias e artísticas mas não deixou igualmente de lhe criticar os desvios: *aqui*, na destruição «lastimosa» dos antigos monumentos arquitectónicos, no *Sermão da Sexagésima*, no afectado estilo literário. Os grandes génios sabem pairar acima das deficiências da sua geração.

Depois de uma longa época de crítica destrutiva que considerava a *História do Futuro* um delírio e uma extravagância, hoje sobretudo depois dos estudos mais recentes de António Sérgio, Hernani Cidade, António José Saraiva, João Mendes, Margarida Vieira Mendes... que lhe dedicaram valiosos ensaios, o panorama modificou-se e afinal caiu-se na conta de que a *História do Futuro* está no centro da explicação da «alma» de Vieira. Mas devemos confessar que a valorização do *Quinto Império* da *História do Futuro*, empreendida por Fernando Pessoa, muito contribuiu para esta reviravolta decisiva. *Em todo o caso*, outros estudos interessantes irão descobrindo ainda novas e ricas perspectivas como a que agora nos sugeriu a análise deste capítulo VII da *História do Futuro*.

## Notas

<sup>1</sup> História do Futuro (I), Obras Escolhidas, VIII, Pefácios e Notas de António Sérgio e Hernani Cidade, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1953, pp. 70-71.

<sup>2</sup> *Ibid.* p. 64.

<sup>3</sup> *Ibid.* p. 78.

<sup>4</sup> Os «grandes» não mostraram a mesma constância em contraste com o povo: «A nobreza, em que têm maiores poderes o receio ou a esperança, como mais escrava da fortuna, não foi toda constante». Vieira comenta ironicamente: «Levaram o que não nos faz falta, porque se levaram; e deixaram o que nos ajuda a defender, porque nos deixaram as suas rendas». *Ibid.* p. 75.

<sup>5</sup> *Ibid.* p. 74.

<sup>6</sup> *Ibid.* pp. 80-81.

<sup>7</sup> *Ibid.* p. 81.

<sup>8</sup> *Ibid.* p. 83.

<sup>9</sup> Sobre este assunto cfr. Aurélio de Oliveira, *Economia e Conjuntura Agrícola no Portugal de Seiscentos*, em «Penélope, Fazer e Desfazer História», n. 3, Junho 1989 e *Os Beneditinos e os Caminhos do Barroco*, em «I Congresso Internacional Barroco», Actas, II, Porto, 1991, quando se refere ao desenvolvimento do Barroco e à situação económica que o acompanhou.

<sup>10</sup> *Ibid.*, pp. 84-85.

<sup>11</sup> *Ibid.*, pp. 85-86.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 86.

<sup>13</sup> Maria Leonor Carvalhão Buescu, na sua introdução à *História do Futuro*, Lisboa, 1982, igualmente confessa: «Longamente amadurecida no espírito do Autor, a *História do Futuro* gozou, pois, de pouca fortuna e acerca da sua importância se pode estabelecer a controvérsia, já que dos dois estudiosos (*poucos*), que até hoje se debruçaram sobre este livro...».